

Brasília-DF, 08 de maio de 2025

Federação dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de São Paulo - Presidente: Nivaldo Parmejani

Federação dos Trabalhadores na Indústria de Papel, Papelão e Cortiça de São Paulo - Presidente: Jose Roberto Vieira da Silva Campos Junior

Federação dos Trabalhadores na Indústria de Vidros, Cristais, Espelhos, Cerâmica Louça, Porcelana e Ótica de SP - Representada: José Francisco Filho

FENATEMA - Federação Nacional dos Trabalhadores em Energia, Água e Meio Ambiente - Presidente: Eduardo de Vasconcellos Correia Annunciato

FENATIJER - Federação Nacional Dos Trabalhadores Nas Indústrias De Joalheria, Lapidação De Pedras Preciosas, Semi Preciosas, Ourivesarias, Bijuterias Em Ouro, Prata, Chumbo E Plástico, Zipper, Botões Metálicos, Relógios, Profissionais de Assistência Técnica e Relojoaria, Oficinas de Reparos de Jóias e Ornamentos Em Geral - Presidente: João José Sena

CNTI se reúne com as Federações de São Paulo



Nesta quarta-feira (07), a diretoria da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria - CNTI reuniu-se as Federações filiadas do Estado de São Paulo. Dentre os diversos tópicos abordados, destacou-se aprovação de uma Ação Coletiva. Os participantes discutiram os detalhes da ação e a abrangência da iniciativa, concordando em apoiar a proposta e representar todos os trabalhadores, não apenas os associados. Por fim, foi decidido marcar uma reunião futura com o escritório de advocacia para esclarecer os detalhes do processo.

Entidades participantes:

Federação dos Trabalhadores na Indústria Extrativas de São Paulo - Presidente: Aparecido Jose da Silva

I Conferência Livre Estadual de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora de Minas Gerais



O presidente da CNTI, **José Reginaldo Inácio**, participou nesta quarta-feira (7), como palestrante da **I Conferência Livre Estadual de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora de Minas Gerais**, cujo tema foi a **Participação Sindical e Popular na Proposição e Implementação das Políticas Públicas de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora**. Ocasão em que destacou: *Relevância da Participação Sindical e Popular em SST; Conselhos Tripartites Atuais: Mediação de Conflitos no Capitalismo; Conselhos na Constituição Federal de 1988 e seu Papel nas Políticas Públicas; Três momentos dos Conselhos Tripartites; Transformação x Legitimação; Desafios Sindicais e Populares na Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora; Mapa Estratégico*

Brasília-DF, 08 de maio de 2025

da Ação Sindical e Popular em Saúde do Trabalhador e Produção Legislativa x Produção Sindical.

Confira a Conferência no link:

<https://www.youtube.com/watch?v=zuIWHr3m1Ew>

Economia está madura para redução da jornada de trabalho máxima, diz ministro

A proposta está em tramitação no Congresso Nacional por meio de diferentes projetos



Lula Marques/Agência Brasil

O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, afirmou que vê com “bons olhos” a redução da jornada máxima de trabalho no Brasil e que “a economia está madura” para isso. As declarações ocorreram nesta quarta-feira, 7, em sessão da Comissão de Trabalho na Câmara dos Deputados.

Marinho disse que há papéis diferenciados do governo e do Legislativo nesse debate. Cabe a ele, como ministro, dialogar com empregadores e trabalhadores para chegar a um “patamar saudável”, afirmou. “Eu vejo, pessoalmente, e também como ministro, que a economia está madura para uma redução da jornada máxima no Brasil. Hoje, nós temos 44 horas semanais”, declarou.

Marinho prosseguiu: “Nós temos que ter serenidade, mas a minha opinião é que esse é o pior turno de 44 horas semanais. É um turno cruel, em especial para as trabalhadoras. Portanto, nós enxergamos com muito bons olhos a gente conseguir um processo gradativo que saia dessa crueldade aos trabalhadores e chegue num patamar saudável no ambiente de trabalho.”

O ministro afirmou ainda ter preocupação com o desenvolvimento de problemas psíquicos nos trabalhadores por conta do tamanho da jornada. “O

ambiente hostil do trabalho leva a problemas mentais”, disse.

A proposta de redução da jornada de trabalho foi defendida pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em pronunciamento em TVs e rádios em 30 de abril. “Nós vamos aprofundar o debate sobre a redução da jornada de trabalho vigente no País, em que o trabalhador e a trabalhadora passam seis dias no serviço e têm apenas um dia de descanso. A chamada jornada 6 por 1”, declarou o petista, na ocasião.

A proposta está em tramitação no Congresso Nacional por meio de diferentes projetos. O último foi protocolado pela deputada federal Erika Hilton (PSOL-SP), na forma de proposta de emenda à Constituição (PEC).

Fonte: Estadão Conteúdo

Emenda protege financiamento sindical em meio a mudanças na CLT



O Projeto de Lei 2830/2019, atualmente em tramitação no Senado Federal, tem gerado intensos debates sobre o futuro da organização sindical no Brasil. De autoria do senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN), a proposta visa reduzir de 45 para 15 dias o prazo, a partir da citação do executado, para que haja protesto e inscrição de nome em órgãos de proteção ao crédito em decorrência de decisões da Justiça do Trabalho.

Contudo, o projeto recebeu alterações significativas na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), por iniciativa do relator, senador Rogério Marinho (PL-RN). As mudanças afetam diretamente a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) ao introduzir novas barreiras à cobrança da contribuição negocial. As alterações preveem, entre outras medidas, a ampliação do direito de oposição dos trabalhadores, estimulando, inclusive, a não contribuição às entidades representativas.

As entidades sindicais têm reiterado em audiências com senadores que essas medidas podem fragilizar significativamente a estrutura sindical brasileira. E

Brasília-DF, 08 de maio de 2025

alertam que os trabalhadores poderão ser pressionados e desestimulados, de forma recorrente, a não contribuir financeiramente com sindicatos, federações, confederações e centrais — comprometendo a atuação dessas entidades nas negociações coletivas.

Em paralelo, o Projeto de Lei 2099/2023, em análise na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), segue linha semelhante. Já aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), o texto também é relatado por Rogério Marinho e propõe mecanismos que dificultam a filiação sindical dos trabalhadores.

Frente a esse cenário, o senador Paulo Paim (PT-RS) apresentou uma emenda ao PL 2830/2019 com o objetivo de preservar a contribuição assistencial — também conhecida como contribuição negocial. Segundo a proposta, esse tipo de contribuição é de natureza solidária e pode ser aplicada tanto a filiados quanto a não filiados, desde que esteja prevista em convenção ou acordo coletivo e que seja respeitado o direito de oposição dos não associados o que determina a Constituição e as próprias decisões do Supremo Tribunal Federal (STF).

O texto da emenda sugere a inclusão do artigo 513-A na CLT, com a seguinte redação:

"Art. 513-A. A contribuição assistencial ou de negociação coletiva é de natureza solidária, condicionada à sua instituição pela celebração de convenção coletiva de trabalho ou acordo coletivo de trabalho, de caráter normativo e aplicação para filiados e não filiados das entidades de trabalhadores ou empresariais, desde que assegurada manifestação e respeitado o direito de oposição de não filiados."

Para o senador Paim, é fundamental garantir que os sindicatos tenham os meios necessários para representar os interesses dos trabalhadores de forma efetiva na relação capital-trabalho. Ele defende que as mudanças propostas nas duas proposições legislativas sejam discutidas de maneira mais ampla, com a participação dos trabalhadores, empregadores, do governo e do parlamento.

"O que está em jogo é o futuro do sistema sindical brasileiro e sua capacidade de garantir equilíbrio nas relações de trabalho com direitos. Não podemos permitir que decisões açodadas enfraqueçam as entidades que dão voz aos trabalhadores", afirmou Paim.

Acompanhe a tramitação das propostas:

[PL 2830/2019](#) e [PL 2099/2023](#); [Emenda apresentada pelo senador Paulo Paim \(PT-RS\)](#)

Fonte: Diap

Setor mineral fatura R\$ 73,8 bi no 1º trimestre de 2025, aponta Ibram

Minério de ferro segue como carro-chefe e responde por mais da metade da receita, apesar da queda nas exportações e nos preços



Minas Gerais, Pará e Bahia foram os estados que mais faturaram no período, respondendo juntos por 78% da receita do setor - (crédito: Divulgação)

O setor mineral brasileiro teve faturamento de R\$ 73,8 bilhões no primeiro trimestre de 2025, alta de 8,6% em relação ao mesmo período do ano anterior. Os dados foram divulgados nesta terça-feira (6/5) pelo Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), que também estima investimentos de US\$ 68,4 bilhões para o período de 2025 a 2029, um crescimento de 6,6% em relação à projeção anterior.

Apesar do aumento na receita, as exportações do setor recuaram 13% em valor, totalizando US\$ 9,3 bilhões. Em volume, houve estabilidade, com embarques de 87,7 milhões de toneladas. O minério de ferro segue como carro-chefe, com participação de 53% no faturamento (R\$ 38,8 bilhões) e 63,9% nas exportações. Porém, a queda nos preços internacionais da commodity influenciada pela desaceleração da economia chinesa derrubou o valor exportado em 26%.

O Ibram, que reúne as grandes mineradoras em operação no país, destacou que o minério de ferro segue cotado abaixo de US\$ 100 por tonelada, com uma média trimestral 15,7% inferior à registrada no primeiro trimestre de 2024. Já as importações minerais também caíram, com retração de 17% em valor e 6,3% em volume. O saldo da balança mineral foi de US\$ 7,7 bilhões, 13% menor do que o registrado no mesmo período do ano passado.

Minas Gerais, Pará e Bahia foram os estados que mais faturaram no período, respondendo juntos por 78% da receita do setor. O estudo aponta ainda a geração de 2 mil novos empregos, elevando o total de postos de trabalho diretos para 223 mil. A arrecadação de tributos, por sua vez, subiu 8%, para R\$ 25,5 bilhões, enquanto a CFEM (Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais) somou R\$ 2 bilhões, avanço de 1,2%.

Fonte: Correio Braziliense

Brasília-DF, 08 de maio de 2025

Arthur Lira apresenta plano de trabalho para projeto da isenção do IR

Relator planeja entregar o texto da isenção do IR para quem recebe até R\$ 5 mil antes do recesso de julho.



Lira busca solucionar brechas sobre medidas de compensação.
Marina Ramos/Câmara dos Deputados

O relator do projeto de lei 1087/2025, deputado Arthur Lira (PP-AL), apresentou nesta terça-feira (6) o plano de trabalho para análise da proposta que amplia a isenção do Imposto de Renda para quem recebe até R\$ 5 mil. O documento foi entregue à comissão especial presidida pelo deputado Rubens Pereira Junior (PT-MA).

A proposta foi enviada ao Congresso pelo governo em março e prevê duas mudanças principais: a isenção para a faixa mais baixa de rendimentos e a criação de um novo modelo de tributação sobre altas rendas, chamado IRPFM (Imposto de Renda da Pessoa Física Mínimo).

Segundo o plano apresentado, a nova faixa de isenção beneficiaria diretamente cerca de 10 milhões de pessoas. Quem ganha entre R\$ 5 mil e R\$ 7 mil mensais também teria redução proporcional no imposto. A expectativa do governo é estimular o consumo e movimentar a economia com o aumento da renda disponível para as classes C, D e E.

O projeto também cria o IRPFM, que incidirá sobre lucros e dividendos superiores a R\$ 50 mil pagos por uma mesma empresa a uma pessoa física no mês. A alíquota será de 10%. Quem tiver rendimentos acima de R\$ 600 mil ao ano também será tributado, com alíquota progressiva até chegar a 10% para quem ultrapassar R\$ 1,2 milhão.

Pontos de atenção

O plano de trabalho aponta questões que exigem atenção da comissão. Entre elas, a ausência no projeto da atualização da tabela do IR, tratada separadamente em medida provisória. Isso dificulta o cálculo real do impacto fiscal, que pode superar R\$ 85 bilhões em 2026.

O texto também alerta para perdas na arrecadação de estados e municípios. Com menos imposto retido na fonte, governos locais devem enfrentar queda de até R\$ 9 bilhões, segundo estimativas preliminares.

Próximos passos

O plano de Lira propõe audiências públicas até 20 de junho, com participação de técnicos do governo, especialistas em tributação e representantes do setor produtivo. O relatório final deve ser entregue em 27 de junho, com votação na comissão até 16 de julho.

Fonte: Congresso em Foco

Copom eleva juros básicos da economia para 14,75% ao ano

Taxa Selic sobe para maior nível em 19 anos



© Rafa Neddermeyer/Agência Brasil

A alta do preço dos alimentos e da energia e as incertezas em torno da economia global fizeram o Banco Central (BC) aumentar mais uma vez os juros.

Por unanimidade, o Comitê de Política Monetária (Copom) aumentou a taxa Selic, juros básicos da economia, em 0,5 ponto percentual, para 14,75% ao ano. A decisão era esperada pelo mercado financeiro.

Essa foi a sexta alta seguida da Selic. A taxa está no maior nível desde agosto de 2006, quando também estava em 14,75% ao ano.

Em comunicado, o Copom não deu pistas sobre o que deve ocorrer na próxima reunião, na metade de junho. Apenas afirmou que o clima de incerteza permanece alto e exigirá prudência da autoridade monetária, tanto em eventuais aumentos futuros como no período em que a Selic deve ficar em 14,75% ao ano.

Matéria completa:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2025-05/copom-eleva-juros-basicos-da-economia-para-1475-ao-ano>

Fonte: Agência Brasil